



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente*

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE SEGURANÇA HÍDRICA

Instituições presentes:

ARCE	Alceu Galvão
CAGECE	Maria Amélia Menezes
DEFESA CIVIL	Wilson
CIDADES	Edmundo Olinda Filho
COGERH	Denilson M. Fidelis Adahil Sena Francimeyre F. Avelino Adriana Debora C. Araujo Siomara Peixoto Lima
CONPAM	Bruno Menezes
FUNCEME	Margareth Silvia B.S. Carvalho
IDECE	Marco Aurelio de Castro Câmara
IPECE	Klinger Aragão Magalhães
SDA	Mercia Cristina M. Sales
SEMACE	José Ricardo Araujo L.
SOHIDRA	José Borges Neto

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de 2014 às nove horas no auditório do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente realizou-se a 1a. Reunião Ordinária do Comitê de Segurança Hídrica.

O coordenador do Comitê e presidente do CONPAM, Bruno Menezes, apresentou-se e deu início a reunião, comentando acerca das cobranças e situação hídrica preocupante do Estado, da necessidade de Comitê de Segurança Hídrica não funcionar apenas como indicador e do compromisso dele em levar um documento escrito ao governador com o que foi discutido durante a reunião.

Adriana Debora, a técnica da COGERH realizou uma apresentação sobre a atual situação dos reservatórios, abordando a qualidade e a quantidade da água e informou que todos os dados estão disponíveis no site da COGERH. Os principais indicadores



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente*

apresentados foram: a situação dos reservatórios, acompanhamento de quantidade, volume de água por bacia, evolução do volume armazenado, aporte e média histórica, capacidade de armazenamento das bacias e índice de estado trófico, concluindo que a situação atual de cada uma das 12 bacias do Estado está em nível crítico e/ou preocupante.

Em seguida, Bruno Menezes, presidente do CONPAM, deu início as apresentações individuais, que foi seguida por Margareth Sílvia Carvalho, da FUNCEME. Margareth informou que estava representando Eduardo Sávio, presidente da FUNCEME e justificou sua ausência. Ela falou sobre o cenário preocupante para a previsão de chuva e sobre a necessidade de se pensar em alternativas para a situação hídrica preocupante a qual o Estado se encontra e o grupo deliberou sobre a necessidade de se levar ao governador a proposta de se realizar uma campanha de uso consciente da água. O presidente, Bruno Menezes, também propôs se discutir a cerca da proposta da CAGECE de reduzir a tarifa daqueles que consomem menos água. Maria Amélia de Menezes, a representante da CAGECE informou que existe uma comissão que poderá discutir essa proposta, também informou que existem reflexos financeiros e estruturais para o nível de tratamento da água ao se considerar essa proposta e que essas questões precisam ser acertadas com o governador.

A representante da SDA, Mercia Cristina Sales, em sua apresentação falou sobre os 3 programas da instituição: Cisternas, Água para Todos e Programa São José. Em seguida, Edmundo Olinda, representante da Secretaria das Cidades apresentou-se e manifestou preocupação com a Gestão e a Política de Saneamento e de Resíduos Sólidos do Estado, os quais, em sua opinião, estão estagnados. Edmundo Olinda também comentou da necessidade de se induzir a participação dos gestores municipais nessa área, considerando a ausência de muitos em momentos de decisão política, e de o Estado pensar em um novo modelo de Gestão da Política de Saneamento do Estado do Ceará e comentou sobre ações do Grupo de Trabalho - GT de Saneamento. Maria Dias, representante do CONPAM, completou que o GT de Saneamento apresentou várias propostas com esse escopo, os quais estão aguardando decisão política para serem implementados. Bruno Menezes complementou que vem cobrando a publicação da Lei Estadual de Resíduos Sólidos e a publicação do edital para os Planos Regionais.

Adahil Sena, representante da COGEH também justificou a ausência do presidente da COGERH e comentou sobre as atribuições da COGERH e sobre a situação hídrica preocupante, dos esforços das instituições Estaduais envolvidas e sobre a falta de gestão dos municípios. Falou também sobre o projeto “água doce” e da importância de se acompanhar, com os municípios a execução do projeto, envolvendo os prefeitos tanto neste quanto nos projetos de saneamento. Informou sobre as dificuldades de implementação do Plano de Segurança Hídrica, apesar de termo de referência já ter sido fechado, e o recurso ainda não ter sido liberado. Adahil Sena também sugeriu que as instituições presentes realizassem um seminário com os gestores municipais para convocá-los e sensibilizá-los as questões relativas. Maria Dias complementou informando sobre a realização do seminário dos Gestores Municipais pelo CONPAM que será realizado no dia 11/03, no Condomínio Uirapuru (CEU) e convidou os presentes. Klinger Aragão Magalhães, representante do IPECE, comentou sobre sua felicidade em



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente*

ouvir as palavras iniciais do presidente sobre a finalidade do Comitê de Segurança Hídrica e a necessidade de se aprofundar as discussões, além de informar que a IPECE está comprometida com a questão.

Wilson, representante da DEFESA CIVIL, também estava representando o corpo de bombeiros comentou sobre sua preocupação com os pequenos e médios reservatórios que estão descobertos, com a vida humana que é afetada tanto com poucas e com muitas chuvas. Também comentou sobre poços apropriados indevidamente.

Marcelo Borges, diretor de águas subterrâneas da SOIHDRÁ informou sobre a situação de perfuração de poços que poderia ser elástico mediante essa situação emergencial, para 25 dias senão fosse o limite de 18 diárias por mês para a instituição, aumentado para 40 poços por mês, a pouca quantidade de máquinas, combustíveis e operadores. Também citou a falta de apoio e compromisso pelas prefeituras quando os dessalinizadores são entregues e de altas taxas de erosão em poços, necessitando maior acompanhamento.

Mércia Cristina Sales, representante da SDA, informou sobre a falta de dado acerca da vazão dos poços no Estado. O grupo também discutiu sobre abastecimento energético dos poços e sobre a preocupação quanto ao uso de água subterrânea pelos poços instalados. Maria citou que a outorga é um instrumento que possibilita controle do uso dessa água.

Marco Aurélio, representante do IDECE, comentou sobre a preocupação quanto ao uso da água e a pouca sensibilidade quanto a seca.

Maria Dias, coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Sustentável apresentou-se e comentou acerca das atribuições do CONPAM, da produção técnica, projetos, das ações e grupos técnicos coordenados pela instituição do escopo. Apresentou os projetos do P4R que apresentam grande importância e recurso garantido.

A representante da CAGECE, Maria Amélia, comentou sobre a pesquisa do NUTEC, sobre o abandono de poços, vandalismo, falta de gestão e os investimentos altos envolvidos. Também citou dados da apresentação de Adriana Debora sobre a qualidade da água do Estado, sobre as batimetrias que não são feitas a muitos anos e sobre o “bonus na tarifa”, comentado no início da reunião explicando que em alguns municípios não é viável pela falta de abastecimento.

Margareth Carvalho da FUNCEME comentou sobre o mapeamento da FUNCEME que abrange os pequenos e médios açudes, mas que precisa ser atualizado e sugeriu uma força tarefa com a Defesa Civil e COGERH para proporcionar essa atualização.

Wilson, da Defesa civil, propôs que fosse revitalizada o projeto de dessalinização da NUTEC e não trazida tecnologia de Israel, com a finalidade de valorizar o que já foi investido anteriormente.

O representante da ARCE, Alceu Galvão, comentou sobre o cenário ruim em que o Estado se encontra, abordando o abastecimento de água não-conforme com as normas, a queda progressiva na qualidade dos serviços da CAGECE, mostrou-se contra a redução da tarifa cobrada pela CAGECE, afirmando que pode prejudicar a sustentabilidade dos serviços. Também comentou que uma campanha de uso consciente da água deve ser realizada a longos prazos e sobre os problemas de gestão municipal, o



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente*

qual se reflete na quantidade de planos de saneamento gerados (somente 35) e na pouca estrutura dos municípios. Alceu também comentou sobre a não definição de política no âmbito só governo do estado para o saneamento e demonstrou preocupação com a licitação dos planos regionais e na falta de avanço em termos de política nesse tema.

O presidente, Bruno Menezes, comprometeu-se em gerar um documento para enviar ao governador e de levar a imprensa tudo o que foi tratado.

O presidente da SEMACE, José Ricardo Araújo, comentou sobre a missão da instituição em fiscalizar e monitorar, do trabalho com conjunto com a COGERH e com a CAGECE, sobre a necessidade de se fiscalizar também os leitos dos rios, pois são constantemente ocupados. Também comentou sobre a tarifa da CAGECE que não aumentou com o passar dos anos, sobre o uso de água por lava jatos, sobre a questão dos lixões e instalação de aterros, atrelado a decisão e interesse pela gestão municipal. Informou que a SEMACE tem feito um grande esforço para se cumprir o indicador relacionado com a qualidade da água, fiscalizando os leitos dos rios e poluição.

O diretor de fiscalização da SEMACE informou sobre a quantidade de atendimentos, prefeitos indiciados e que a SEMACE está agindo, mas o problema da poluição não se resolve.

Alceu Galvão comentou sobre as ligações ociosas da CAGECE, sobre lagoas de estabilização que estão perdendo infraestrutura, sobre a contaminação e perda da qualidade de mananciais subterrâneos no Cariri, nesse sentido, abordou o Pacto que está sendo constituído entre a ARCE, CAGECE, COGERH, Ministério Público e Prefeituras de Juazeiro e Barbalha que se comprometerão com essas questões. Informou sobre a reunião que será realizada março para avaliar as ações que estão sendo postas pelas entidades.

Mércia Cristina Sales, representante da SDA, também complementou sobre o projeto de reúso de água cinza para a irrigação familiar, por meio do convênio com a CAGECE, responsável pelo monitoramento do projeto, e com a Universidade, que está iniciando em 13 territórios.

Maria Dias apresentou novamente a respeito dos projetos do P4R, sobre a criação do Comitê, que representa um desembolso pelo Governo do Estado para o Banco, sobre os indicadores de acompanhamento e metas dos projetos pelo Banco Mundial. Informou que um dos indicadores de acompanhamento será de responsabilidade principal do Comitê, um indicador composto que envolve ações de várias instituições, o qual é um somatório de 3 ações (fiscalização, de responsabilidade da SEMACE, ADAGRI e SDA, monitoramento, de responsabilidade da COGERH, e educação ambiental, de responsabilidade do CONPAM).

Denilson, representante da COGERH, falou sobre o indicador de monitoramento de responsabilidade da COGERH, o qual será a instalação de sondas para monitoramento em tempo real. Em seguida, Francimeyre Avenlino, técnica da COGERH, também foi apresentado o projeto de instalação de sete estações com sondas da marca YSI modelo 660T2 na região metropolitana, projeto de 13 para acompanhamento da água desde o Banabuiú até o sítio novo, em Pecém. Francimeyre também comentou sobre a situação em que as sondas encontram-se, em virtude de poluição e eutrofização,



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Conselho de Políticas e Gestão
do Meio Ambiente*

sobre a localização das sondas e sobre o Índice de Qualidade de Água (IQA), importante para a confiabilidade dos resultados das análises e da necessidade de se fazer um estudo de quanto de coliformes termotolerantes representam de *E. Coli* nos para se possibilitar o uso do IQA. O grupo questionou o uso do IQA e sugeriu a comparação com outro indicador.

Thiago, representante da SEMACE, comentou sobre o indicador de fiscalização e sobre o calendário que foi definido para ação conjunta entre as instituições. Thiago explicou que serão considerados quantos ajustes às multas foram realizados. Maria complementou apresentando a forma de cálculo para a fiscalização e apresentou Samya, técnica do CONPAM que está responsável pela Educação Ambiental.

Samya informou sobre as 33 ações de capacitação previstas para as bacias incluídas no projeto. Informou também sobre o critério para a escolha da quantidade e temas das capacitações previstas para cada bacia.

O coordenador do Comitê e presidente do CONPAM, Bruno Menezes, finalizou a reunião e agradeceu a todos pela presença.

Ata redigida por: Ilana Fernandes Falcão (CODES)

Revisada por: